

em destaque:

Frontex: preparado para receber queixas

A agência europeia responsável pela gestão das fronteiras externas (**Frontex**) **deve criar um mecanismo capaz de tratar queixas individuais** de alegadas violações dos direitos fundamentais ocorridas durante as suas operações ou em operações conjuntas com países terceiros, diz um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu por 488 votos a favor, 114 contra e 33 abstenções.

Os eurodeputados querem que a proposta de revisão do regulamento relativo à Frontex, que vai ser apresentada pela Comissão Europeia ainda este mês, inclua disposições sobre o **mecanismo de apresentação de queixas individuais**. No debate em plenário, o comissário europeu com a pasta da Migração, **Dimitris Avramopoulos**, disse aos deputados que o executivo comunitário terá em conta a recomendação do Parlamento Europeu na sua proposta de revisão.

O regulamento da UE sobre a Frontex exige que a agência assegure o **pleno respeito pelos direitos fundamentais** e pelos direitos dos migrantes, dos refugiados e dos requerentes de asilo, relembra o PE, instando a Frontex a estabelecer um mecanismo adequado de apresentação de queixas.

O relatório do PE faz várias recomendações sobre a estrutura do mecanismo de queixas, a apresentação e admissibilidade das mesmas, bem como sobre o tratamento de queixas que digam respeito à conduta dos agentes convidados que estejam sob a autoridade de um Estado-Membro, mas que ostentem a insígnia da Frontex.

Carlos Coelho afirmou que: *“Só nas ditaduras as forças policiais não são sujeitas a controlos no plano do respeito dos direitos dos cidadãos. Por isso, o mecanismo que hoje debatemos, e - espero - iremos aprovar, ganha ainda mais acuidade: já seria um passo no bom sentido, mas torna-se necessário face ao futuro papel desta Agência. Espero, por isso, que a proposta da Comissão Europeia reflita já esta posição do Parlamento Europeu”*.

Ver pág. 3

UE-Turquia

Tendo em conta os antecedentes da Turquia em matéria de direitos humanos e democracia, muitos argumentaram que **o financiamento da UE à Turquia deve ser cuidadosamente analisado** e questionada a decisão de retomar as negociações de adesão à UE com ela.

Ver pág.5

Preocupação com a Hungria

A Comissão Europeia não vê nenhuma ameaça sistémica à democracia, ao Estado de Direito e aos direitos fundamentais na Hungria, embora **tenha apresentado vários procedimentos contra a Hungria por violar as leis da UE**, disse a Comissária Vera Jourová.

Ver pág. 7

Comissão TAXE II

O Parlamento Europeu decidiu que **a comissão especial sobre as decisões fiscais antecipadas** (tax rulings) e outras medidas de natureza ou efeitos similares (TAXE), cujo relatório foi aprovado em 25 de novembro, vai ter uma sucessora, **TAXE II**.

Ver pág. 3

Índice

Práticas fiscais agressivas: Parlamento Europeu dá luz verde à comissão especial TAXE II.....	3
Frontex: Parlamento Europeu quer mecanismo para tratar queixas sobre violações dos direitos dos migrantes e requerentes de asilo.....	3
Acabar com o sigilo bancário dos cidadãos da UE no Liechtenstein.....	5
Os eurodeputados saúdam o acordo UE-Turquia mas dizem que os direitos humanos e as liberdades devem ser respeitados.....	5
Hungria: nenhuma ameaça sistémica para a democracia, diz a Comissão, mas há preocupações.....	7
Ordem do dia da Sessão.....	9

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Práticas fiscais agressivas: Parlamento Europeu dá luz verde à comissão especial TAXE II

O Parlamento Europeu decidiu que a comissão especial sobre as decisões fiscais antecipadas (tax rulings) e outras medidas de natureza ou efeitos similares (TAXE), cujo relatório foi aprovado em 25 de novembro, vai ter uma sucessora.

A decisão sobre a criação da TAXE II, confirmada ao final da tarde em plenário por 561 votos a favor, 69 contra e 5 abstenções, define o mandato da nova comissão especial, que terá uma duração de seis meses.

A TAXE II inicia o seu mandato e será composta por 45 membros titulares. A estrutura será a mesma que a da sua antecessora.

Esta comissão especial deverá aprofundar e completar os trabalhos da anterior comissão TAXE, cujo relatório final foi elaborado por Elisa Ferreira (S&D, Portugal) e Michael Theurer (ALDE, Alemanha).

"Esta nova comissão corresponde ao que tenho vindo a defender há muito que é que, por um lado, é preciso continuar o trabalho de investigação que iniciámos sobre a fraude e a evasão fiscal na UE e, por outro, acompanhar e vigiar a forma como as nossas recomendações serão aplicadas", disse Elisa Ferreira, coautora do relatório da TAXE I.

Os eurodeputados portugueses Marisa Matias e Miguel Viegas integram a comissão especial como membros titulares (lista aprovada em plenário) e Ana Gomes como membro suplente.

Frontex: Parlamento Europeu quer mecanismo para tratar queixas sobre violações dos direitos dos migrantes e requerentes de asilo

A agência europeia responsável pela gestão das fronteiras externas (Frontex) deve criar um mecanismo capaz de tratar queixas individuais de alegadas violações dos direitos fundamentais ocorridas durante as suas operações ou em operações conjuntas com países terceiros, diz um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu por 488 votos a favor, 114 contra e 33 abstenções.

Os eurodeputados querem que a proposta de revisão do regulamento relativo à Frontex, que vai ser apresentada pela Comissão Europeia ainda este mês, inclua disposições sobre o mecanismo de apresentação de queixas individuais. No debate em plenário, o comissário europeu com a pasta da Migração, Dimitris Avramopoulos, disse aos deputados que o executivo comunitário terá em conta a recomendação do Parlamento Europeu na sua proposta de revisão.

O regulamento da UE sobre a Frontex exige que a agência assegure o pleno respeito pelos direitos fundamentais e pelos direitos dos migrantes, dos refugiados e dos requerentes de asilo, relembra o PE, instando a Frontex a estabelecer um mecanismo adequado de apresentação de queixas.

O relatório do PE faz várias recomendações sobre a estrutura do mecanismo de queixas, a apresentação e admissibilidade das mesmas, bem como sobre o tratamento de queixas que digam respeito à conduta dos agentes convidados que estejam sob a autoridade de um Estado-Membro, mas que ostentem a insígnia da Frontex.

"As pessoas que julguem ter sido vítimas de violência por parte de guardas fronteiriços que ostentem a insígnia da Frontex têm o direito de apresentar uma queixa", diz o PE.

Para evitar a utilização abusiva do mecanismo de queixas, o PE recomenda que as queixas anónimas não sejam aceites. No entanto, isso *"não deve excluir a possibilidade de uma queixa ser apresentada por terceiros que ajam de boa-fé no interesse de um queixoso que prefira manter a sua identidade em segredo"*.

Os eurodeputados propõem também a criação de um formulário normalizado de queixa, no qual se solicite informação pormenorizada sobre a data e o local do incidente, o que facilitará a decisão quanto à admissibilidade.

A Frontex não tem competência para dar início a medidas disciplinares contra pessoas que não pertençam ao seu próprio pessoal (a aplicação de medidas disciplinares são da exclusiva competência do Estado-Membro de origem dos guardas fronteiriços). A agência deve transferir uma queixa contra um agente convidado para a autoridade nacional competente, através de um *"sistema de reenvio bem definido"*. O PE insta a Frontex e os Estados-Membros a cooperarem de forma estreita de modo a assegurar um acompanhamento adequado das queixas contra os agentes convidados.

O agente para os direitos fundamentais da Frontex deve dispor de recursos materiais e humanos suficientes para tratar as queixas apresentadas, acrescenta o PE, apelando a que sejam disponibilizados recursos suplementares necessários para este fim.

Os eurodeputados destacam ainda a necessidade de proteção especial para menores não acompanhados, mulheres vítimas de perseguição baseada no género, pessoas LGBTI e outros grupos vulneráveis.

Este relatório, elaborado em conjunto pelas comissões parlamentares das Liberdades Cívicas e das Petições, dá seguimento a uma recomendação da Provedora de Justiça Europeia.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"Congratulo as Deputadas Metsola e Ska Keller pelo excelente trabalho desenvolvido na sequência da oportuna iniciativa da Provedora de Justiça. Desde a sua criação, a Frontex tem vindo a desenvolver-se e a ganhar um papel cada vez mais essencial no controlo das fronteiras externas. Hoje é ainda mais evidente que necessitamos de uma Frontex à altura dos desafios que enfrentamos: capaz de apoiar a Estados-Membros com maior pressão migratória e de ter um papel liderante nas operações de retorno. Queremos assegurar que, no futuro, estaremos preparados para crises como esta, como já tantas vezes o pedimos neste parlamento. A evolução da Agência, contudo, foi sendo - e bem! - acompanhada por um maior escrutínio e transparência da Frontex, especialmente no respeito pelos Direitos Fundamentais. É o outro lado da moeda de um alargamento de competências. Só nas ditaduras as forças policiais não são sujeitas a controlos no plano do respeito dos direitos dos cidadãos. Por isso, o mecanismo que hoje debatemos, e - espero - iremos aprovar, ganha ainda mais acuidade: já seria um passo no bom sentido, mas torna-se necessário face ao futuro papel desta Agência. Espero, por isso, que a proposta da Comissão Europeia reflita já esta posição do Parlamento Europeu"*.

Acabar com o sigilo bancário dos cidadãos da UE no Liechtenstein

O acordo UE / Liechtenstein aprovada pelo Parlamento Europeu tornará mais difícil para os cidadãos da UE esconder dinheiro em contas bancárias no Liechtenstein. De acordo com o acordo, a UE e o Liechtenstein vão trocar automaticamente informações sobre as contas bancárias de residentes de cada um, a começar em 2018.

A UE e o Liechtenstein acordaram em Outubro de 2015 para reprimir a fraude e a evasão fiscais. As informações a serem trocadas incluem não só a rendimentos, como juros e dividendos, mas também saldos de contas e recursos provenientes da venda de ativos financeiros.

O acordo, aprovado por 561 votos a 49, com 30 abstenções, garante que o Liechtenstein vai aplicar medidas mais rigorosas, equivalentes aquelas em vigor na UE desde Março de 2014. O acordo também está em conformidade com o padrão global 2014 sobre a troca automática de informações financeira promovida pela OCDE.

As administrações fiscais dos Estados-Membros da UE e do Liechtenstein poderão:

- identificar correcta e inequivocamente os contribuintes em causa,
- administrar e aplicar suas leis fiscais em situações transfronteiras,
- avaliar a probabilidade de evasão fiscal perpetrados, e
- evitar novas investigações desnecessárias.

O acordo entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2016.

Os eurodeputados saúdam o acordo UE-Turquia mas dizem que os direitos humanos e as liberdades devem ser respeitados

A cimeira UE-Turquia de 29 de Novembro, destinada a revigorar a parceria e a encontrar respostas comuns à crise dos refugiados e à guerra síria foi muito oportuna, disse a maioria dos eurodeputados no debate com o primeiro vice-presidente da Comissão Frans Timmermans e Nicolas Schmit Presidência do Conselho. No entanto, tendo em conta os antecedentes da Turquia em matéria de direitos humanos e democracia, muitos argumentaram que o financiamento da UE à Turquia deve ser cuidadosamente analisado e questionada a decisão de retomar as negociações de adesão à UE com ela.

As relações da UE com a Turquia têm uma "*importância especial*", não só devido à "*necessidade premente*" de encontrar uma solução política para o conflito sírio, e de abordar a crise dos refugiados e o terrorismo, disse Nicolas Schmit em nome da Presidência do Conselho. Sublinhou que os Estados-Membros da UE devem intensificar os controlos nas fronteiras externas da UE e fazer cumprir decisões sobre a deslocalização dos refugiados na UE.

O primeiro vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, sublinhou que a cimeira "*abriu um novo capítulo da parceria da UE com a Turquia*". Embora tenha colocado

novas energias nos esforços para acelerar as negociações de adesão à UE e a liberalização de vistos, continuaram as divergências sobre direitos humanos e liberdade de imprensa, disse ele, e prometeu "voltar a este assunto".

"A cimeira aconteceu porque temos um problema importante de refugiados ao longo dos Balcãs Ocidentais, mas admitimos que isso é tão problemático porque um Estado membro da UE, a Grécia, não implementa os padrões de Schengen em sua fronteira externa de Schengen", disse o líder do grupo PPE Manfred Weber (DE) disse: "Se usarmos todos os guardas de fronteira que estão cumprindo um dever dentro da UE na fronteira de 190 km entre a Grécia e a Turquia, este seria um acordo melhor para a Europa", acrescentou.

O presidente da S & D, Gianni Pittella (IT), disse: "O acordo com a Turquia é uma oportunidade para todos, mas não um cheque em branco. Sem a sua cooperação, não podemos resolver a crise dos refugiados". "No entanto, existem questões preocupantes como a situação dos direitos fundamentais".

Para o grupo ECR, Syed Kamall (Reino Unido) saudou a cimeira UE-Turquia e apelou à transparência: "Vamos ser claros com os turcos sobre a nossa relação, em relação aos cidadãos da UE sobre o que implica e vamos trabalhar Juntos numa solução de longo prazo e não em promessas de curto prazo que nunca serão cumpridas".

O líder do grupo do ALDE Guy Verhofstadt (BE) lamentou que as conclusões da cimeira não mencionassem os direitos humanos ou a liberdade de imprensa na Turquia. "A Grécia está dizendo não aos guardas da fronteira e da costa, bloqueando a ferramenta no Conselho", acrescentou ele e pediu que o primeiro-ministro da Grécia, Alexis Tsipras, seja convidado a explicar suas dificuldades em encontrar uma solução.

Em nome do grupo GUE / NGL, Takis Hadjigeorgiou (CY) insistiu que a Comissão deve "acompanhar de perto a forma como os milhares de milhões de euros dados à Turquia são utilizados" e "reagir imediatamente se a Turquia começar a enviar os requerentes de asilo para a Síria". Ele compartilhou a desconfiança de Rebecca Harms (Verdes / EFA, DE): "A Turquia não pode ser um parceiro confiável quando se trata de refugiados, precisamos abordar as questões de direitos humanos de forma mais agressiva com a Turquia", disse ela.

Nigel Farage (EFDD, Reino Unido) e Marcel De Graaf (EFN, NL) criticaram o acesso à isenção de vistos como parte do acordo UE-Turquia. "Quer que a Turquia adira à UE?" Perguntou o Sr. Farage, enquanto o Sr. De Graaf alertou sobre um "novo império otomano" e uma "invasão turca".

Em resposta aos deputados ao Parlamento Europeu, Timmermans insistiu que o acordo visava ajudar os necessitados, permitindo que os sírios trabalhassem legalmente na Turquia e enviassem os seus filhos às escolas e também melhora os cuidados médicos aos refugiados. Oferecendo-lhes ajuda na Turquia é "mais barato para os contribuintes da UE" e também "tira os contrabandistas da equação", disse ele, enfatizando que a abertura dos capítulos 23 e 24 era a "melhor maneira possível de ajudar os turcos" a melhorar seus direitos humanos registro.

Hungria: nenhuma ameaça sistémica para a democracia, diz a Comissão, mas há preocupações

A Comissão Europeia não vê nenhuma ameaça sistémica à democracia, ao Estado de Direito e aos direitos fundamentais na Hungria, embora tenha apresentado vários procedimentos contra a Hungria por violar as leis da UE, disse a Comissária Vera Jourová em um debate com os deputados.

A Comissária Jourová enumera várias questões controversas que a Comissão acompanhou na Hungria, incluindo o tratamento dos requerentes de asilo, a educação segregada e a discriminação dos ciganos, o tratamento dado às organizações não governamentais que gerem fundos noruegueses, os julgamentos judiciais questionáveis, a construção de uma central nuclear, bem como a corrupção que afecta os contratos públicos.

"Uma vez que estas preocupações estão a ser abordadas por uma série de processos de infracção, e como o poder judicial húngaro também tem o seu papel a desempenhar, a Comissão concluiu que as condições para iniciar um procedimento de estado de direito não são cumpridas", disse Jourová.

Nota

No nº 11 da sua resolução de 10 de Junho de 2015, o Parlamento instou a Comissão a *"activar a primeira fase do quadro da UE para reforçar o Estado de direito e, por conseguinte, iniciar imediatamente um processo de acompanhamento aprofundado sobre a situação da democracia, Do Estado de direito e dos direitos fundamentais na Hungria, avaliando uma potencial violação sistemática grave dos valores em que se funda a União "*

A Comissão foi convidada a "apresentar um relatório sobre esta questão ao Parlamento e ao Conselho antes de Setembro de 2015".

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Inês Cristina Zuber (GUE/NGL) *"Senhor Presidente, acompanhamos hoje, seis meses depois de as discutirmos, muitas das considerações avançadas, tal como a preocupação e a condenação às intenções manifestadas de recuperar a pena de morte ou a discriminação e perseguição à imigração, a par dos muros da vergonha na Hungria, mas também os Estados-Membros da União Europeia, que se começam a replicar. Não aceitamos, contudo, que - a pretexto da crise humanitária, dos abusos autoritários e antidemocráticos - em qualquer país se verifiquem, se cavalgue a democracia e se formalize a ingerência. Mantemo-nos contra o conjunto inaceitável de propostas que então e agora se pretendem implementar, em particular a inadmissível proposta de criar um autêntico ranking da democracia do Estado de direito e dos direitos fundamentais, até porque não reconhecemos à União Europeia, nem à Comissão Europeia, a legitimidade para o fazer, porque sabemos que o seu conceito de democracia difere consoante os seus interesses. Esta seria uma ferramenta da Comissão sobre os Estados-Membros cujas consequências só podem resultar em maior intervenção e ingerência".*

Ordem do dia 02 de Dezembro de 2015

► Quarta-Feira, 02 de Novembro

15:00 - 19:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Cimeira UE-Turquia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Decisão adotada sobre o pacote relativo à economia circular - *Declaração da Comissão*

Relatório Especial da Provedora de Justiça Europeia na sequência do inquérito de iniciativa própria sobre a Frontex - *Relatório: Roberta Metsola, Ska Keller (A8-0343/2015)*

Mobilidade urbana sustentável - *Relatório: Karima Delli (A8-0319/2015)*

19:00 VOTAÇÃO

Criação de uma comissão especial sobre as decisões fiscais antecipadas e outras medidas de natureza ou efeitos similares, respetivas atribuições, composição numérica e duração do mandato - *Proposta de decisão*

Nomeação dos membros da comissão especial sobre as decisões fiscais antecipadas 1

Acordo UE-Listenstaine relativo à troca automática de informações sobre contas financeiras - *Relatório: Sander Loones (A8-0334/2015)*

Relatório Especial da Provedora de Justiça Europeia na sequência do inquérito de iniciativa própria sobre a Frontex - *Relatório: Roberta Metsola, Ska Keller (A8-0343/2015)*

Mobilidade urbana sustentável - *Relatório: Karima Delli (A8-0319/2015)*

19:30 - 23:00 Debates (no final das votações)

Implementação e legado do Ano Europeu do Desenvolvimento - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Equilíbrio de géneros entre diretores não-executivos de empresas cotadas em bolsa - *Pergunta oral (O-000136/2015 - B8-1109/2015)*

Situação na Hungria: seguimento da Resolução do Parlamento Europeu de 10 de junho de 2015 - *Pergunta oral (O-000140/2015 - B8-1110/2015)*

Proteção do Parque Nacional de Virunga na República Democrática do Congo - *Pergunta oral (O-000108/2015 - B8-1111/2015)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

Explicações de voto